

**CONTRATO Nº 004/2026/DP**

**CBTU**

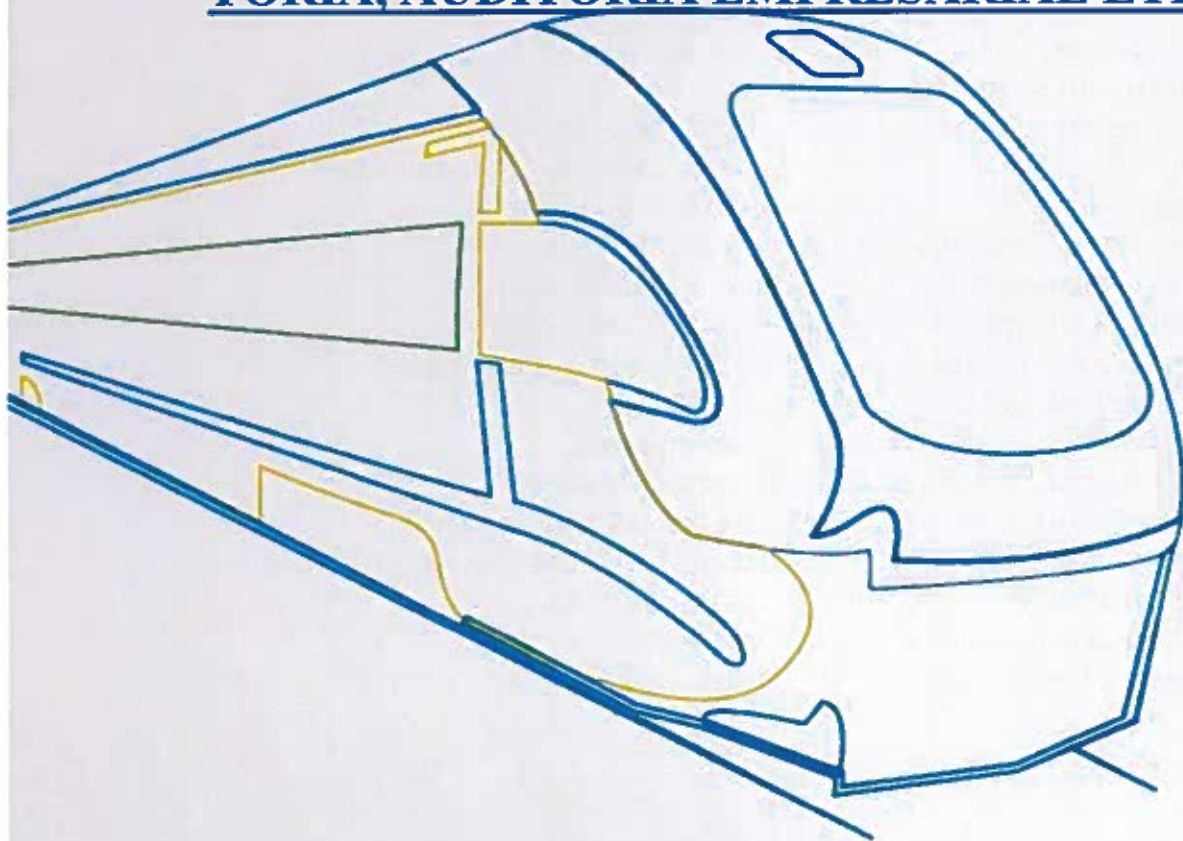
**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS**

**URBANOS**

**&**

**THE PERFECT LINK ASSESSORIA, CONSUL-**

**TORIA, AUDITORIA EMPRESARIAL LTDA**



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



**CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**

**CONTRATADA: THE PERFECT LINK ASSESSORIA, CONSULTORIA, AUDITORIA EMPRESARIAL LTDA**

**CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- MATRIS DE RISCOS E RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA TRIGÉSIMA	- DISPOCÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA	- FORO

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU e do outro, e do outro, THE PERFECT LINK ASSESSORIA, CONSULTORIA, AUDITORIA EMPRESARIAL LTDA, na forma abaixo:

## PREÂMBULO

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte, quadra 01, bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar, Asa Norte, CEP: 70.041-902, em Brasília -DF, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Sr. JOSÉ MARQUES DE LIMA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu Diretor de Planejamento e Relações Institucionais EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº [REDACTED] e a empresa THE PERFECT LINK ASSESSORIA, CONSULTORIA, AUDITORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 01.912.699/0001-29, com sede na Rua Lopes Chaves, nº 471 – São Paulo - SP, doravante denominada CONTRATADA neste ato representada por Fernando de Pinho Barreira portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2026/CEDIC/GALIC/P, Processo Administrativo PROT nº 5834/2026, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019 (se for o caso), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza comum **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de auditoria em sistema eletrônico computacional de eleição em ambiente web, visando realizar auditoria de todo o processo eleitoral eletrônico, com validação de 1º e 2º turno e validação do resultado das eleições, nas condições estabelecidas no Termo de Referência**, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu\\_2020.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf); independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

1.4. O serviço contratado será realizado por execução de serviço, sob o regime de empreitada por preço global.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.2. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_integridade.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf); e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

[https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica\\_de\\_transacoes\\_com\\_partes\\_relacionadas.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf).

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 01 (um) mês, contados a partir da assinatura do contrato.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração



de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a **CBTU**;

3.2.4. O valor do contrato será considerado vantajoso para **CBTU** quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;

3.2.5. A **CONTRATADA** concorde expressamente com a prorrogação.

3.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

3.2.7. O valor global da contratação não supere os limites previstos nos incisos I e II, do art. 204, do RILC/CBTU.

3.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso da prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a **CBTU**.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3.6. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, se for o caso.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução - OEX e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

4.2. Será emitida uma Ordem de Execução - OEX para cada exercício fiscal.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

4.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

4.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO**

5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de R\$ R\$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais) conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os serviços executados.

5.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

5.3. Salvo na hipótese de o início da prestação dos serviços coincidir com o primeiro dia do mês, os pagamentos referentes ao primeiro e ao último mês de vigência deste contrato serão realizados **pro rata die**.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO**

6.1. O documento de cobrança relativo aos serviços executados deverá ser entregue no Protocolo da **CBTU** no endereço Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, entre o 1º e o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação dos serviços, desde que haja certificação pela gestão/fiscalização do contrato. A **CBTU** terá o prazo de até 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento, contados a partir da data do recebimento do documento de cobrança no protocolo geral da CBTU/AC. Todos os pagamentos serão efetuados pela **CBTU** em moeda corrente nacional através de Ordem bancária, com crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, que deverá indicar em seus documentos de cobrança (nota fiscal/fatura), os seus dados bancários, não sendo aceitos, sob qualquer pretexto, cobrança bancária ou títulos negociados com *factoring*.

6.2. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.2.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.2.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

6.3. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.4. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

6.4.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.5. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.6. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.7. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.8. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.6 e 6.7 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

6.9. A **CBTU** poderá mediante retenção de pagamentos, ressarcir as quantias que lhes sejam devidas pela contratada, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de 2026, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 56202.15.122.0032.2000.0000

7.1.2. Elemento de Despesa: 339035

7.1.3. Plano Interno: A1DEGB05

7.1.4. Categoria Econômica: CUSTEIO

7.1.5. Nota de Empenho: 2026NE000237 data 13/02/2026

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE**

8.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

## **9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de **2% (dois por cento)** do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. **Caução em dinheiro:** deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. **Seguro-garantia:** a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

9.1.3. **Fiança bancária:** a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo o deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados a administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

9.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias e para com o FGTS de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.



9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de **seguro-garantia** ou **fiança bancária**, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de **seguro-garantia**, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de **Carta de Fiança**, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

9.10.1. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.12. Será considerada extinta a garantia:

9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.12.4. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

9.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.13.1. Caso fortuito ou força maior;

9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

9.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.

9.16. A **CBTU** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.16.1. O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificada pela **CBTU** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

9.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da **CBTU** e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

9.18. A **CBTU** deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

9.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **CBTU** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

## **9.2 GARANTIA TÉCNICA**

9.2.1 Os equipamentos que forem substituídos e os serviços prestados pela **CONTRATADA** deverão possuir garantia de 30 (trinta) dias após a data de assinatura do contrato.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal, por meios próprios ou mediante fornecimento de passagens, inclusive em caso de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela **CBTU**, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no edital e/ou no termo de referência.

10.1.14. Submeter a relação dos empregados e/ou subcontratados que prestarão os serviços objeto deste contrato, previamente, à **CBTU**, podendo esta requerer a substituição daqueles que, a seu juízo, não preencham as condições de idoneidade e de capacidade exigível para os serviços, bem como daqueles que venham a apresentar, dentro das dependências da **CBTU**, comportamento em desacordo com a legislação, normas internas ou RILC/CBTU.

10.1.15. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.

10.1.16. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.

10.1.17. Refazer o serviço que, a juízo da **CBTU**, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

10.1.18. Manter seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme.

10.1.19. Fornecer uniformes para cada funcionário, sujeitos à aprovação pela **CBTU**, na periodicidade e quantitativos previstos no Termo de Referência – Anexo I.

10.1.20. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

10.1.21. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e incêndios.

10.1.22. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à **CBTU** o acesso ao controle de frequência.

10.1.23. Pagar até o 5º dia útil os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos.

10.1.24. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a **CBTU**, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

10.1.25. Colocar à disposição da **CBTU**, diariamente, o número de funcionários previsto nas especificações técnicas estabelecida no Termo de Referência e, quando for o caso, o quantitativo necessário para cobertura de eventuais faltas, as quais serão motivos de glosa com base nos custos



apresentados à **CBTU**, na fatura do mês correspondente, caso não haja reposição de pessoal num prazo máximo de 1 (uma) hora.

10.1.26. Encaminhar à **CBTU**, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los.

10.1.27. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.1.28. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da **CBTU**, por acusação desta natureza.

10.1.29. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.30. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.31. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.

10.1.32. Apresentar notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os produtos utilizados mensalmente, acompanhada de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos, dentre outros.

10.1.32. Realizar a manutenção dos equipamentos e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.

10.1.34. Substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação pela gestão e/ou pela fiscalização do contrato, os equipamentos quando apresentarem defeitos ou rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, devendo submeter os novos equipamentos à avaliação formal da **CBTU**.

10.1.35. Não retirar equipamentos das dependências da **CBTU**, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por equipamento similar ou de tecnologia superior e desde que haja prévia autorização da **CBTU**.

10.1.36. Fornecer os materiais, insumos e/ou equipamentos discriminados nas Planilhas de Quantidades e Orçamento de Materiais, ou instrumento equivalente, do edital da licitação, ficando

facultada à **CBTU** a aquisição direta daqueles reiteradamente solicitados e não entregues, cuja falta possa comprometer a higienização, a manutenção e os serviços na sede da **CBTU**, bem como a efetuação de glosa correspondente ao valor despendido com os materiais faltantes, na fatura do mês em que o fato ocorrer, sem prejuízo de aplicação de penalidade prevista neste contrato.

10.1.36.1. A **CBTU** somente pagará pelos materiais, insumos e/ou equipamentos efetivamente utilizados na execução deste contrato.

10.1.37. Não proceder à retirada dos materiais, insumos, equipamentos e utensílios colocados à disposição da **CBTU**, exceto em caso de não atenderem às especificações objeto deste contrato.

10.1.38. Usar o material constante no Termo de Referência e outros produtos necessários, que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade, com embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e às demais instalações existentes na **CBTU**.

10.1.39. Comunicar, previamente, eventual necessidade de substituição de material especificado, com as devidas justificativas. O produto para reposição deverá ser aprovado pela gestão e pela fiscalização e sua remessa cessará tão logo normalize a causa impeditiva.

10.1.40. Utilizar equipamentos de primeira qualidade, devendo mantê-los sempre em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações da **CBTU** e à prestação dos serviços;

10.5.40. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso

10.1.41. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.1.42. Relacionar, antes de iniciar os serviços, os equipamentos a serem utilizados, fornecendo sua descrição sumária, e apresentar previamente para avaliação e aprovação da fiscalização.

10.1.43. Realizar a manutenção dos equipamentos e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.

10.1.44. Substituir os equipamentos em até 48 (quarenta e oito) horas, quando apresentarem defeitos, devendo submeter os novos equipamentos à autorização formal da **CBTU**.

10.1.45. Substituir, imediatamente, a pedido da **CBTU**, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, os equipamentos que apresentarem rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade.

10.1.51. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências da **CBTU** membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), quando exigido pelas normas de segurança do Trabalho.

10.1.52. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, cartão cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

10.1.53. Efetuar o pagamento mensal dos empregados em agência bancária; e

10.1.54. Providenciar no prazo de 60 (sessenta) dias, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias.

10.1.55. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

10.1.56. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.1.57. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.1.58. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.1.59. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;

10.2. É de responsabilidade da **CONTRATADA**, as seguintes obrigações sociais:

10.2.1. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, que deverão ser saldados em época própria, pela **CONTRATADA**, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CBTU**;

10.2.2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecida em dependência da **CBTU**;

10.2.3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

10.2.4. Os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação

10.2.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar **declaração de responsabilidade** exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato, nos termos do artigo 212 do RILC;

10.3. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.4. Deve a **CONTRATADA**, ainda, observar as seguintes obrigações especiais:

10.4.1. Providenciar a devolução do crachá de acesso às dependências da **CBTU**, quando do término do contrato, bem como ressarcir a **CBTU** por eventuais extravios ou danos;

10.4.2. Prestar, se necessário e a critério da **CBTU**, a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que a **CBTU** comunique previamente à **CONTRATADA** podendo, neste caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e a prevista no dissídio da categoria envolvida.

10.5. A listagem de material/equipamento constante do Anexo do Edital não exige a **CONTRATADA** da total responsabilidade do fornecimento de outros materiais, insumos ou equipamentos necessários a uma prestação de serviços com a qualidade exigida pela **CBTU**.

10.5.1. Fica vedado à **CONTRATADA** recorrer a setores ou empregos da **CBTU** para efetuar reparos ou consertos em equipamentos de sua propriedade, devendo substituir qualquer equipamento julgado inadequado ou ineficiente para realização dos serviços;

10.5.2. Quando houver necessidade de compensação de horários para cumprimento da jornada semanal em que a carga horária ultrapasse o período de 8 (oito) horas, fica a empresa obrigada a apresentar acordo individual escrito ou acordo coletivo em que haja a previsão da compensação.

10.6. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

10.6.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CBTU**, ativo ou aposentado, há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato;

10.6.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

10.6.3. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

10.6.3.1. Na hipótese de subcontratação de serviços, a **CONTRATADA** deverá assumir a inteira responsabilidade decorrente do disposto neste Contrato.

10.6.4. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.



10.7. A **CONTRATADA** deverá ainda:

10.7.1. Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências da **CBTU**.

10.7.2. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

10.7.3. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

10.7.3.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

10.7.3.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

10.7.3.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

10.7.3.4. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e

10.7.3.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

10.7.4. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

10.7.5. Tratamento idêntico deverá ser dispensado às lâmpadas fluorescentes e aos frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU**

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4. Verificar, mensalmente, o cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução deste contrato, em especial quanto:

11.1.4.1. Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

11.1.4.2. À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

11.1.4.3. À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

11.1.4.4. Aos depósitos do FGTS; e

11.1.4.5. Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados.

11.1.5. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.1.6. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.7. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.8. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

11.1.9. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a **CONTRATADA**, quando for o caso;

11.1.10. Providenciar o acesso da **CONTRATADA** aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;

11.1.11. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;

11.1.12. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e no termo de referência, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

11.1.13. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.1.14. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

11.1.15. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRIBUTOS**

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.6 da Cláusula Quarta.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

14.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

14.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução dos serviços e sua

conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

15.1.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou comissão especialmente designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este que será de, no máximo, 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório.

15.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

15.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

15.3. O objeto não será recebido se executado em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

15.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

15.6. O procedimento para o recebimento provisório e definitivo dos serviços objeto deste contrato observarão, ainda, as regras dispostas na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO**



16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.

16.3. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 17.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO**

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2. A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3. A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4. A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 2% (dois por cento) do valor inicial do contrato.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO**

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS**

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas, preferencialmente, através de Termo Aditivo.

20.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20.4. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previstos neste contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

21.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

21.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.3.1. Advertência;

21.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

21.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no art. 337-E ao 337-P instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO**

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.1.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CBTU**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa dias).

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240 e 241, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.2.1. A **CBTU** poderá rescindir este contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, em caso de não pagamento pela **CONTRATADA** dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS.

22.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO**



23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

#### **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

24.1.1.1. Empresa CBTU: GAGOV e GAB;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: [gab.cbtu@cbtu.gov.br](mailto:gab.cbtu@cbtu.gov.br) e [gagov@cbtu.gov.br](mailto:gagov@cbtu.gov.br)

24.1.2. Empresa: **The Perfect Link;**

24.1.2.1. Endereço: rua Lopes Chaves nº 471, Barra Funda São Paulo - SP

24.1.2.2. Correio Eletrônico: [admin@theperfectlink.com.br](mailto:admin@theperfectlink.com.br);

#### **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS**

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 19/12/2025;

25.1.3. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: [https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc\\_cbtu.pdf](https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf)

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

#### **26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS**

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

#### **27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS**

27.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

27.2. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

27.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

27.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

27.5. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

27.6. A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

27.7. A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

## **28 CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

28.1. Compete à **CONTRATADA**, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 22 do RILC/CBTU.

28.2. A **CONTRATADA** se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a **CBTU**, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

## **29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DE MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADE**

29.1 A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a **CBTU** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

29.2. A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo II do Termo de Referência.

29.3. A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à **CBTU**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS – Anexo II do Termo de Referência.

### **30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

30.1. Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

30.2. Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

30.3. Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

30.4. Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

30.4.1 prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

30.4.2. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

30.4.3 obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

30.4.4. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;

30.4.5 De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 alterada, do Decreto nº 11.129/2022 alterado, do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 alterado ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

### 31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

31.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

31.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na internet.

### 32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

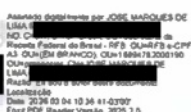
32.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 04 de março de 2026

#### COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

JOSE MARQUES DE LIMA:   
4


**José Marques de Lima**  
Diretor-Presidente

**-Contratante -**


EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA: 

**Eduardo Oliveira Coimbra**  
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

**-Contratada-**

 Assinado de forma digital por FERNANDO DE PINHO BARREIRA:  
Dados: 2026.02.27 10:53:30

**Fernando de Pinho Barreira**  
Representante legal

 Assinado de forma digital por THE PERFECT LINK ASSESSORIA CONSULTORIA AUDITORIA:  
Dados: 2026.02.27 10:52:11

**Testemunhas:**

1 - \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

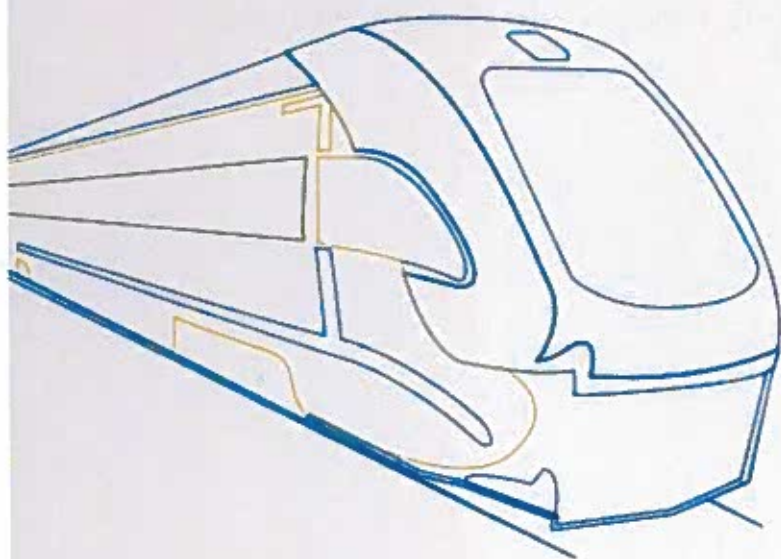
2 - \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Companhia Brasileira de Trens Urbanos  
Edifício Confederação Nacional do Comércio – CNC  
Setor Bancário Norte Q1, Asa Norte, Brasília, CEP 70041-902, 9º ao 13º andar - [www.cbtu.gov.br](http://www.cbtu.gov.br)  
CNPJ 42.357.483/0001-26



# **TERMO DE REFERÊNCIA**



---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## **ANEXO I**



TERMO DE REFERÊNCIA – TR		CÓDIGO / APROVAÇÃO XX XXX-XXX/XXXX	REVISÃO 1.0
ÓRGÃO RESPONSÁVEL GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		INÍCIO DA VIGÊNCIA XX/XX/XXXX	PRÓXIMA REVISÃO XX/XX/XXXX
DIRETORIA Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

## TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada em  
serviço de Auditoria para Sistema Eletrônico  
Eleitoral

PROTÓCOLO XXXX/202X	DATA REVISÃO 21/01/2026	PÁGINAS 1 de 16
------------------------	----------------------------	--------------------



<b>TERMO DE REFERÊNCIA – TR</b>	<b>CÓDIGO / APROVAÇÃO</b> XX XXX-XXX/XXXX	<b>REVISÃO</b> 1.0
	<b>ORÇÃO RESPONSÁVEL</b> GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação	<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b> XX/XX/XXXX
<b>DIRETORIA</b> Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais		

## 1 - DA JUSTIFICATIVA

- 1.1. A CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, é regida pelo seu Estatuto Social; pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; pelo Decreto regulamentador nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e demais legislações aplicáveis.
- 1.2. Considerando a decisão da reunião do Conselho de Administração, realizada em 27/10/2025 e registrada em ATA nº 454. Aponta a necessidade de realização de auditoria no processo eleitoral eletrônico para eleger o próximo representante dos empregados no Conselho de Administração.
- 1.3. Além disso, a contratação dos serviços de auditoria eleitoral trará, como benefício, melhor transparência para a avaliação final do certame.

## 2 - DO OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de auditoria em sistema eletrônico computacional de eleição em ambiente web, visando realizar auditoria de todo o processo eleitoral eletrônico, com validação de 1º e 2º turno e validação do resultado das eleições.
- 2.2. O objeto da presente contratação contempla os seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE MEDIDA	ND
1	O levantamento de informações preliminares: Estudo da legislação interna eleitoral e suas regras de negócio.	736	UNIDADE	33903502
	Levantamento de processos administrativos e análise administrativa das fazes eleitorais			
	A auditoria de informática: Análise em códigos de aplicação; validação e teste dos algoritmos criptográficos e função de hash (sequência única de identificação de informação) utilizada na alteração da senha pelos usuários finais; análise de funcionamento sistêmico (sigilo, efetividade de escolha); garantias ao eleitor de que o voto é secreto; garantias ao eleitor de que seu voto realmente foi computado para o candidato escolhido;			
	Emissão de Laudo de Auditoria – Emissão de Laudo de Auditoria por profissionais seniores, com habilitação acadêmica e legal plena (nível superior e pós-graduação) nas áreas do conhecimento de Administração e Tecnologia.			

- 2.3. Listagem de endereços da contratação:

<b>PROTÓCOLO</b> XXXX/202X	<b>DATA REVISÃO</b> 21/01/2026	<b>PAGINAS</b> 2 de 16
-------------------------------	-----------------------------------	---------------------------



TERMO DE REFERÊNCIA – TR		CÓDIGO / APROVAÇÃO XX XXX-XXX/XXXX	REVISÃO 1.0
ÓRGÃO RESPONSÁVEL GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		INÍCIO DA VIGÊNCIA XX/XX/XXXX	PRÓXIMA REVISÃO XX/XX/XXXX
DIRETORIA Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

IDENTIFICADOR	ENDEREÇO DE ENTREGA ELETRÔNICO	ENDEREÇO DE ENTREGA FÍSICO
Administração Central - AC	<a href="mailto:gab.cbtu@cbtu.gov.br">gab.cbtu@cbtu.gov.br</a>	Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 01, Bloco B, N° 14 - 10º Andar - Edifício CNC - Asa Norte - Brasília CEP: 70041-902

## 2.4. FORMAS DE COMUNICAÇÃO

2.4.1. Para a realização a prestação de serviços serão considerados os seguintes mecanismos formais de comunicação:

- Comunicação eletrônica entre o Preposto e Gestor ou Fiscal do Contrato, mantido em cópia o e-mail: [gab.cbtu@cbtu.gov.br](mailto:gab.cbtu@cbtu.gov.br) e [gagov@cbtu.gov.br](mailto:gagov@cbtu.gov.br)
- Ata de reunião: Apresentação, contextualização, definição de atividades, metas e objetivos, identificação de riscos e problemas.
- Ordem de Serviço: Solicitação formal de prestação de serviço.
- Abertura de Chamado: Comunicação formal de ocorrência visando a correção de problemas detectados.

## 3 - DO REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A definição do regime de execução do contrato de prestação de serviços deverá observar o seguinte regime:

3.1.1. **Empreitada por preço global**

3.1.2. **Contratação da execução do serviço por preço certo e total.**

## 4 - DA CLASSIFICAÇÃO E INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os empenhos da contratação em tela deverão ser emitidos conforme o detalhamento abaixo:

ID ITEM	DESCRIÇÃO	PI	ND	ND- DESCRIÇÃO
1	Auditoria Eleitoral	A1DEGB05	339035	Consultoria

PROTOCOLO XXXX/202X	DATA REVISÃO 21/01/2026	PÁGINAS 3 de 16
------------------------	----------------------------	--------------------





<b>TERMO DE REFERÊNCIA – TR</b>		<b>CÓDIGO / APROVAÇÃO</b> XX XXX-XXX/XXXX	<b>REVISÃO</b> 1.0
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b> XX/XX/XXXX	<b>PRÓXIMA REVISÃO</b> XX/XX/XXXX
<b>DIRETORIA</b> Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

## 5 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

- 5.1. As especificações técnicas DO OBJETO estão detalhadas no ANEXO A – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

## 6 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Os requisitos obrigatórios para o total cumprimento da contratação estão detalhados no ANEXO C – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

## 7 - DOS PRAZOS

### De Vigência:

- 7.1. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura.
- 7.2. O prazo de execução será de 30 dias.

## 8 - DO(S) CRONOGRAMA(S)

- 8.1. A tabela abaixo descreve os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução da contratação, com os prazos máximo aceitáveis que devem ser observados pela CONTRATADA na elaboração da proposta:

Etapa	Descrição	Quando Ocorre?
1	<b>Assinatura do Contrato</b>	Marco inicial para a contagem de prazos.
2	<b>Reunião de Alinhamento de Expectativas</b>	Agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato em até 5 (cinco) dias úteis
3	<b>Cronograma de Serviço</b>	
3.1	Emissão da Ordem de Execução do Serviço	Em até 5 dias corridos da realização da reunião de alinhamento
3.2	Prazo para Entrega de Serviço	Em até 30 dias
3.3	Verificação da qualidade, quantidade (Recebimento Definitivo)	Em até 5 dias após a finalização dos serviços
3.4	Apresentar Instrumento de Cobrança	Em até 2 dias úteis da validação do item 3.3
3.5	Pagamento	30 dias corridos da apresentação do instrumento de cobrança
4	<b>Encerramento do contrato</b>	Vigência de 30 dias
5	<b>Fim do prazo da garantia de execução</b>	90 dias após o encerramento do contrato

<b>PROTOCOLO</b> XXXX/202X	<b>DATA REVISÃO</b> 21/01/2026	<b>PÁGINAS</b> 4 de 16
-------------------------------	-----------------------------------	---------------------------



TERMO DE REFERÊNCIA – TR		CÓDIGO / APROVAÇÃO XX XXX-XXX/XXXX	REVISÃO 1.0
ÓRGÃO RESPONSÁVEL GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		INÍCIO DA VIGÊNCIA XX/XX/XXXX	PRÓXIMA REVISÃO XX/XX/XXXX
DIRETORIA Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

## 9 - DA GARANTIA TÉCNICA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

### GARANTIA TÉCNICA DO FORNECIMENTO E DO SERVIÇO

- 9.1. O prazo de garantia técnica deverá ser contado conforme os prazos descritos no item anterior dentro do período de 30 dias.

### GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 9.2. Como garantia das obrigações assumidas, será exigida a garantia no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

## 10 - DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E ESCOLHA DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas deverão ser apresentadas conforme o ANEXO B - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO.
- 10.2. O critério para a escolha da melhor proposta será: Menor preço global.

## 11 - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

### DA CAPACIDADE OPERACIONAL

- 11.1. Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica da empresa fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove aptidão da licitante por execução de serviço de característica semelhante ao objeto deste Termo de Referência.
- 11.2. O(s) atestado(s) devera(ão) conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a CBTU possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;
- 11.3. A CBTU se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

## 12 - DA VISTORIA

- 12.1. Não se exigirá vistoria prévia.

## 13 - DA AMOSTRA / PROVA DE CONCEITO (POC)

- 13.1. Não haverá prova de conceito.

PROTOCOLO XXXX/202X	DATA REVISÃO 21/01/2026	PÁGINAS 5 de 16
------------------------	----------------------------	--------------------



<b>TERMO DE REFERÊNCIA – TR</b>	<b>CÓDIGO / APROVAÇÃO</b> XX XXX-XXX/XXXX	<b>REVISÃO</b> 1.0
	<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b> XX/XX/XXXX	<b>PRÓXIMA REVISÃO</b> XX/XX/XXXX
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		
<b>DIRETORIA</b> Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais		

## 14 - DOS CONSÓRCIOS, COOPERATIVAS E SUBCONTRATAÇÕES

### DO CONSORCIO

- 14.1. A divisão da solução não é tecnicamente viável e existem fornecedores para toda ela, não sendo necessário, portanto, a aceitação da participação de consórcios.
- 14.2. A complexidade da contratação foi classificada como BAIXA;
- 14.3. Decidiu-se pela NÃO ADMISSÃO da formação de Consórcio, justificada por:
- 14.3.1. Não existir evidências de que a competitividade será prejudicada em relação ao cenário em que se admita tal hipótese, pois identificou-se quantidade suficiente de fornecedores na fase de formação de preços que isoladamente tem condições de disputar o certame e executar fielmente o OBJETO.

### DAS COOPERATIVAS

- 14.4. Decidiu-se pela NÃO ADMISSÃO da participação de Sociedades Cooperativas, pois há viabilidade técnica para a execução integral DO OBJETO por parte dos fornecedores;

### DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.5. De acordo com o Acórdão o Acórdão 834/2014-TCU-Plenário:

*"A subcontratação deve ser tratada como exceção. Só é admitida a subcontratação parcial e, ainda assim, desde que demonstrada a inviabilidade técnico-econômica da execução integral do objeto por parte da contratada, e que haja autorização formal do contratante."*

- 14.6. Decidiu-se pela NÃO ADMISSÃO da subcontratação, pois há viabilidade técnica para a execução integral DO OBJETO por parte dos fornecedores nestas localidades.

<b>PROTOCOLO</b> XXXX/202X	<b>DATA REVISÃO</b> 21/01/2026	<b>PÁGINAS</b> 6 de 16
-------------------------------	-----------------------------------	---------------------------



<b>TERMO DE REFERÊNCIA – TR</b>		<b>CÓDIGO / APROVAÇÃO</b> XX XXX-XXX/XXXX	<b>REVISÃO</b> 1.0
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b> XX/XX/XXXX	<b>PRÓXIMA REVISÃO</b> XX/XX/XXXX
<b>DIRETORIA</b> Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

## 15 - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Executar fielmente os serviços e/ou fornecimentos dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, do Instrumento Convocatório e seus Anexos, bem como do RILC/CBTU disponível em: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – Companhia Brasileira de Trens Urbanos.
- 15.2. Cumprir no prazo de 10 (dez) dias úteis, com todas as obrigações fixadas no Art. 219. inciso I do RILC/CBTU contados a partir da notificação da CBTU.
- 15.3. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelas obrigações fixadas no Art. 219. inciso II do RILC/CBTU.
- 15.4. A contratante poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. Art. 237 do RILC/CBTU.
- 15.5. Responsabilizar-se, por todos os encargos elencados no do Art. 220. do RILC/CBTU que versa sobre os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 15.6. Ressarcir eventuais prejuízos sofridos pela CBTU conforme o Art. 221. do RILC/CBTU.
- 15.7. Observar, quando aplicável, as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços discriminadas no art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 - MPOG;
- 15.8. Comunicar a CBTU, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
- 15.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços objeto deste instrumento ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CBTU.

<b>PROTOCOLO</b> XXXX/202X	<b>DATA REVISÃO</b> 21/01/2026	<b>PÁGINAS</b> 7 de 16
-------------------------------	-----------------------------------	---------------------------





<b>TERMO DE REFERÊNCIA – TR</b>		<small>CÓDIGO / APROVAÇÃO</small> XX XXX-XXX/XXXX	<small>REVISÃO</small> 1.0
<small>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</small> GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		<small>INÍCIO DA VIGÊNCIA</small> XX/XX/XXXX	<small>PRÓXIMA REVISÃO</small> XX/XX/XXXX
<small>DIRETORIA</small> Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

- 15.10. Manter durante toda execução DO OBJETO, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Art. 222 do RILC/CBTU.
- 15.11. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pela CBTU, para regularizar a situação, sob pena de rescisão constante no § 1º Art. 222 do RILC/CBTU.
- 15.12. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.
- 15.13. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual e poderá propor a fiscalização, definida pela Administração da CONTRATANTE, o equacionamento do horário das operações, a fim de estabelecer a compatibilização entre as suas necessidades e as da CBTU visando minimizar os transtornos causados durante a execução DO OBJETO.
- 15.14. Apresentar o planejamento executivo dos serviços e/ou fornecimento, contendo dias e horários dos serviços, além da avaliação preliminar de risco (físicos e patrimoniais) das atividades.
- 15.15. Apresentar, após o recebimento da ordem de início dos serviços e/ou fornecimentos, a relação de todos os empregados envolvidos na contratação.
- 15.16. Providenciar a substituição imediata dos profissionais alocados ao serviço que eventualmente não atendam às necessidades impostas por este Termo de Referência, ou por solicitação da CBTU devidamente justificada.
- 15.17. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.18. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento DO OBJETO deste Termo de Referência.

<small>PROTOCOLO</small> XXXX/202X	<small>DATA REVISÃO</small> 21/01/2026	<small>PÁGINAS</small> 8 de 16
---------------------------------------	---	-----------------------------------



TERMO DE REFERÊNCIA – TR		CÓDIGO / APROVAÇÃO XX XXX-XXX/XXXX	REVISÃO 1.0
ÓRGÃO RESPONSÁVEL GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		INÍCIO DA VIGÊNCIA XX/XX/XXXX	PRÓXIMA REVISÃO XX/XX/XXXX
DIRETORIA Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

- 15.19. Permitir acesso do pessoal da empresa CONTRATADA às dependências da CBTU para a entrega **DO OBJETO**, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.
- 15.20. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.
- 15.21. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando as mesmas estiverem em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.
- 15.22. Atestar os serviços prestados, quando os mesmos estiverem de acordo com o especificado no Termo de Referência.
- 15.23. Rejeitar os serviços realizados fora do estabelecido e que estejam em desacordo com o Contrato, Termo de Referência e Anexos.
- 15.24. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento.
- 15.25. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- 15.26. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitadas.

## 16 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1. Nos termos do Art. 229 do RILC/CBTU, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo da área de Governança e do Gabinete da Presidência, através dos empregados designados, que também serão responsáveis pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.
- 16.2. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas em norma administrativa de gestão e fiscalização de contratos.

PROTOCOLO XXXX/202X	DATA REVISÃO 21/01/2026	PÁGINAS 9 de 16
------------------------	----------------------------	--------------------



<b>TERMO DE REFERÊNCIA – TR</b>		<small>CÓDIGO / APROVAÇÃO</small> XX XXX-XXX/XXXX	<small>REVISÃO</small> 1.0
<small>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</small> GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		<small>INÍCIO DA VIGÊNCIA</small> XX/XX/XXXX	<small>PRÓXIMA REVISÃO</small> XX/XX/XXXX
<small>DIRETORIA</small> Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

16.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

16.4. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da gestão e fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão competente da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Instrumento Convocatório, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

## **17 - DO PROCEDIMENTO PARA FATURAMENTO**

### DO FATURAMENTO

17.1. O faturamento será realizado após entrega do objeto contratado.

## **18 - DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO**

### DO PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

18.1. A CONTRATADA deverá encaminhar prévia da Nota Fiscal e aguardar liberação para emissão definitiva.

### DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

18.2. A apresentação do documento de cobrança deverá ocorrer nos prazos descritos no título DO(S) CRONOGRAMA(S), contados conforme o tratamento de emissão especificado no item anterior.

18.3. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

18.3.1. Declaração de Opção do Simples Nacional, quando houver;

18.3.2. Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal e à Seguridade Social (CONJUNTA);

18.3.3. Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF);

18.3.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

18.4. Os documentos de cobrança deverão ser entregues:

18.4.1. Em meio digital, no Endereço Eletrônico: gab.cbtu@cbtu.gov.br com cópia para gagov@cbtu.gov.br.

18.5. Caso não exista nenhuma anormalidade o Gestor deverá encaminhar o documento de cobrança para pagamento.

<small>PROTOCOLO</small> XXXX/202X	<small>DATA REVISÃO</small> 21/01/2026	<small>PÁGINAS</small> 10 de 16
---------------------------------------	---	------------------------------------



TERMO DE REFERÊNCIA – TR		CÓDIGO / APROVAÇÃO XX XXX-XXX/XXXX	REVISÃO 1.0
ÓRGÃO RESPONSÁVEL GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		INÍCIO DA VIGÊNCIA XX/XX/XXXX	PRÓXIMA REVISÃO XX/XX/XXXX
DIRETORIA Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

## 19 - DAS PENALIDADES

### DA FIXAÇÃO DOS VALORES E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA

- 19.1. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:
- 19.1.1. Não produziu os resultados acordados. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.2. Nas hipóteses de descumprimento de nível de serviço aplicam-se, as sanções administrativas descritas no RILC/ CBTU em seu CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

PROTÓTIPO XXXX/202X	DATA REVISÃO 21/01/2026	PÁGINAS 11 de 16
------------------------	----------------------------	---------------------





<b>TERMO DE REFERÊNCIA – TR</b>	<b>CÓDIGO / APROVAÇÃO</b> XX XXX-XXX/XXXX	<b>REVISÃO</b> 1.0
	<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b> XX/XX/XXXX	<b>PRÓXIMA REVISÃO</b> XX/XX/XXXX
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL:</b> GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		
<b>DIRETORIA</b> Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais		

## ANEXO A – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 1 – As Especificações de serviço serão:
  - 1.1 Levantamento da legislação interna eleitoral e as regras do processo eleitoral;
  - 1.2 Levantamento de processos administrativos e análise administrativa das fazes eleitorais
  - 1.3 Auditoria nos itens relacionados a informática, como: códigos da aplicação, testes de algoritmos criptografados, função hash utilizada em trocas de senha, certificação de sigilo da votação, garantias que o voto é secreto, garantia que o voto do eleitor foi computado para o candidato escolhido;
  - 1.4 Emissão de Laudo de Auditoria. Emissão de Laudo de Auditoria por profissionais seniores, com habilitação acadêmica e legal plena (nível superior e pós-graduação) nas áreas do conhecimento de Administração e Tecnologia.

<b>PROTOCOLO</b> XXXX/202X	<b>DATA REVISÃO</b> 21/01/2026	<b>PÁGINAS</b> 12 de 16
-------------------------------	-----------------------------------	----------------------------



TERMO DE REFERÊNCIA – TR		CÓDIGO / APROVAÇÃO XX XXX-XXX/XXXX	REVISÃO 1.0
ÓRGÃO RESPONSÁVEL GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		INÍCIO DA VIGÊNCIA XX/XX/XXXX	PRÓXIMA REVISÃO XX/XX/XXXX
DIRETORIA Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

## ANEXO B - PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇO

A Proposta Comercial deverá ter uma apresentação da empresa, um descritivo de aceitação para realização das atividades e as condições comerciais com valor total da proposta.

Valor total da proposta R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) em algarismos e por extenso.

Nos preços propostos deverão estar incluídos os tributos, encargos e demais despesas com recursos de informática, infraestrutura administrativa em geral e custos operacionais inerentes à prestação dos serviços.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo, Cargo e Identidade do Representante da Empresa

PROTOCOLO XXXX/202X	DATA REVISÃO 21/01/2026	PÁGINAS 13 de 16
------------------------	----------------------------	---------------------



<b>TERMO DE REFERÊNCIA – TR</b>	<b>CÓDIGO / APROVAÇÃO</b> XX XXX-XXX/XXXX	<b>REVISÃO</b> 1.0
	<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b> XX/XX/XXXX	<b>PRÓXIMA REVISÃO</b> XX/XX/XXXX
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b> GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		
<b>DIRETORIA</b> Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais		

## ANEXO C – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 1 - CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 1.1 Na execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, a Contratada terá acesso a informações críticas da CBTU. Assim, caberá a Contratada:
- 1.1.1 Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações da CBTU a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;
- 1.1.2 Responsabilizar-se pela divulgação não autorizada ou pelo uso indevido de qualquer informação pertinente a CBTU.
- 1.2 Em caso de não cumprimento das condições estabelecidas de quebra da guarda e sigilo, aludidos, ou de utilização dos dados fornecidos pela CBTU, para outros fins de qualquer natureza ou espécie, que não os expressamente autorizados e para uso exclusivo dos serviços prestados a este, a CONTRATADA responderá de forma incondicional, civil, criminal e administrativamente pelo fato, sem prejuízo do direito da CBTU de promover a rescisão contratual, com a aplicação das penalidades previstas neste ajuste.

<b>PROTOCOLO</b> XXXX/202X	<b>DATA REVISÃO</b> 21/01/2026	<b>PÁGINAS</b> 14 de 16
-------------------------------	-----------------------------------	----------------------------



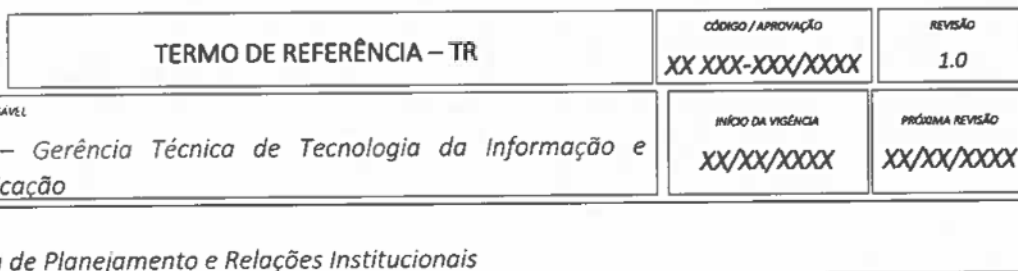
TERMO DE REFERÊNCIA – TR		CÓDIGO / APROVAÇÃO XX XXX-XXX/XXXX	REVISÃO 1.0
ÓRGÃO RESPONSÁVEL GETIN – Gerência Técnica de Tecnologia da Informação e Comunicação		INÍCIO DA VIGÊNCIA XX/XX/XXXX	PRÓXIMA REVISÃO XX/XX/XXXX
DIRETORIA Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais			

## ANEXO D – MODELO PLANEJAMENTO EXECUTIVO - CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

CRONOGRAMA FINANCEIRO							
ID Item	PI	PI - Descrição	ND	ND - Descrição	Ano	Mês	
					2026	Fevereiro	Pagamento

CRONOGRAMA FÍSICO							
					Quinzena	1	2
ID Item	PI	PI - Descrição	ND	ND - Descrição	2026	Fev	



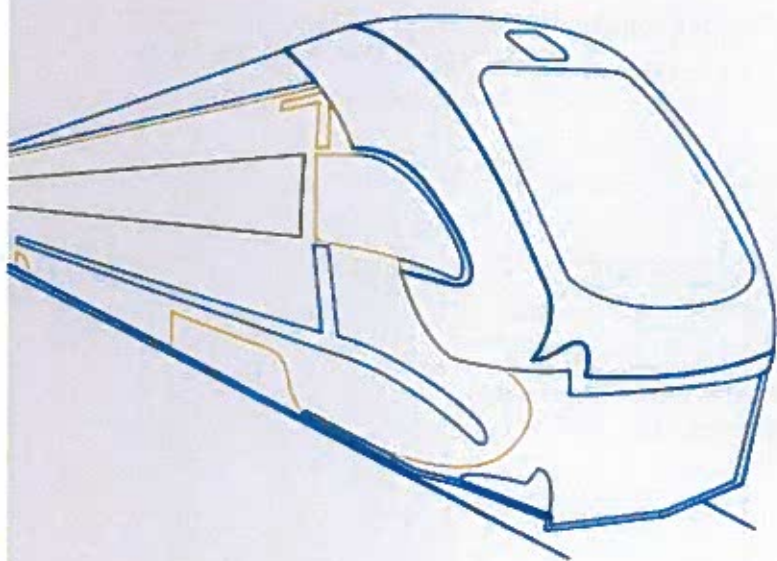


Especificações técnicas constantes no Termo de Referência <TR - AUDITORIA DAS ELEIÇÕES V2>, elaborado por: Valdegilson de Oliveira Silva, revisado por Bruno Pereira de Alcantara.

Ciente e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência <TR - AUDITORIA DAS ELEIÇÕES V2>

Assinado digitalmente por BRUNO PEREIRA DE  
ALCANTARA  
RID=C=BR, CN=, OU=, O=, C=BR  
#33111007077, Co=Secretaria de Receita Federal do  
Brasil - RFB, CN=BRUNO PEREIRA DE ALCANTARA, OU=SEI, CN=, C=BR  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2028.01.21 14:41:40-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

# PROPOSTA DE PREÇOS



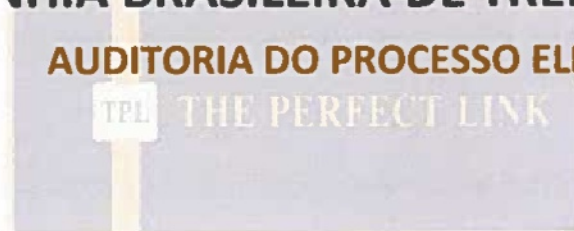
---

CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

## ANEXO II



## COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS AUDITORIA DO PROCESSO ELEITORAL DE 2025



## THE PERFECT LINK PROPOSTA COMERCIAL E APRESENTAÇÃO.



Assinado de forma digital por  
THE PERFECT LINK  
ASSESSORIA CONSULTORIA  
AUDITORIA: [REDACTED]  
Dados: 2025.12.19 15:19:45  
-03'00'



## **ÍNDICE**

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO**
- 3. PROPOSTA COMERCIAL**
- 4. DECLARAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 5. DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**
- 6. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL**
- 7. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA E NÃO EMPREGABILIDADE DE MENOR**
- 8. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
- 9. DECLARAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS E COMPLIANCE**
- 10. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO À LGPD**
- 11. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**
- 12. DECLARAÇÃO DE NÃO ISENÇÃO OU IMUNIDADE TRIBUTÁRIA**
- 13. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO**
- 14. DECLARAÇÃO DE ADESÃO À LEI 12.846/13 E COMBATE À CORRUPÇÃO.**





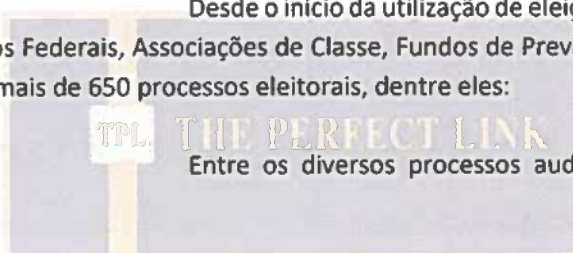
## 1. APRESENTAÇÃO.

A THE PERFECT LINK, empresa de auditoria com 28 anos de atuação, é líder do seguimento de auditoria de processos eleitorais e assembleias (convencionais, eletrônicos ou mistos), e referência na perícia forense em diversas áreas do conhecimento.

A THE PERFECT LINK possui sede própria em São Paulo e escritório em Lisboa, Portugal, contando com laboratórios de nível internacional, ferramentas de auditoria e perícia profissionais e licenciadas, além de contar com profissionais capacitados e reconhecidos internacionalmente, trazendo confiança e reconhecimento para os documentos emitidos pela empresa, em esfera administrativa ou judicial.

Conheça um pouco mais da THE PERFECT LINK em nossa apresentação institucional deste ano [www.theperfectlink.com.br/img/apresentacao.mp4](http://www.theperfectlink.com.br/img/apresentacao.mp4) e visite nosso site [www.theperfectlink.com.br](http://www.theperfectlink.com.br).

Desde o início da utilização de eleições eletrônicas por Internet por autarquias, como Conselhos Federais, Associações de Classe, Fundos de Previdência, e outros, no ano de 2008, auditamos com sucesso mais de 650 processos eleitorais, dentre eles:



eleitorais:

- REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social– 2 Pleitos;
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Eleições de 2024;
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Eleições de 2021;
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Quintos Constitucionais de SC, SP, MA e DF;
- TRE-TO – Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins;
- AMP – Associação Médica Brasileira – 2 Pleitos;
- CFM – Conselho Federal de Medicina – 2 Pleitos 512.443 eleitores habilitados, 397.941 votantes únicos e 417.565 votos;
- COFEN - Conselho Federal de Enfermagem – 3 Pleitos, sendo 1.262.118 eleitores habilitados, 806.006 votantes únicos e 854.739 votos;
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade – 4 Pleitos - 528.826 eleitores habilitados, 238.419 votantes únicos e 238.419 votos;
- CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura – 6 Pleitos;



- PETROS – Fundo de Previdência da Petrobrás – 3 Pleitos;
- Postalís – Fundo de Previdência dos Correios – 3 Pleitos.
- REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – 2 Pleitos;
- Metrus - Instituto de Seguridade Social – 6 Pleitos;
- Cifrão – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil;
- SABESPREV - Fundação Sabesp de Seguridade Social – 4 Pleitos;
- Sistema *Helios Voting* – Versão da Universidade Federal DO MARANHÃO – UFS/SC.

**A THE PERFECT LINK está localizada em sede própria no bairro da Barra Funda, São Paulo, e possui escritório comercial em Lisboa, Portugal, oferecendo os serviços:**

- Auditoria em TI;
- Perícia Forense em Diversas Áreas do Conhecimento;
- Arbitragem Técnica;
- Auditoria de Eventos na Internet (Eleições, Campanhas Publicitárias, etc.);
- Observação Nacional e Internacional em Eleições Nacionais e Regionais;
- Auditorias de Conformidade / LGPD;
- Pareceres sobre segurança em eleições eletrônicas de autarquias.

**Nossa diretoria é graduada em faculdades de primeira linha:**

- Análise de Sistemas / Administração de Empresas / Ciências Jurídicas;
- Pós-graduada em Direito Eletrônico / Perícia Criminal / Ciências Criminais;
- Sociedade da Informação e Direito de Autor – Universidade Clássica de Lisboa.

**Somos membros efetivos e atuantes em diversas entidades:**

- The British Society of Criminology – BSC - UK;
- The British Computing Society – BCS - UK;
- The Information Systems Audit and Control Association - ISACA – EUA;
- The Academy of Criminal Justice Sciences – ACJS - EUA;
- The International Association of Computer Investigative Specialists – IACIS - EUA;
- High Technology Crime Investigation Association - HTCIA – EUA;
- Academia Portuguesa de Ciências Forenses – APC Forenses - POR;
- Associação Portuguesa de Direito Intelectual - APDI – POR
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Fundação Nacional de Qualidade - FNQ.



## 2. DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO.

À COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS.

REF. AUDITORIA DAS ELEIÇÕES 2025 DA CBTU.

A THE PERFECT LINK Assessoria, Consultoria, Auditoria Empresarial Ltda., conforme os documentos anexos, declara ter aceitado de forma integral e irretratável as condições e exigências contidas no edital, bem como a legislação pertinente ao assunto, além de anuir com as disposições de Compliance e Proteção de Dados da CBTU.



São Paulo, 19 de dezembro de 2025.



Fernando De Pinho Barreira  
THE PERFECT LINK  
CNPJ 01.912.699/0001-29.



### 3. PROPOSTA COMERCIAL.

À COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS.

REF. AUDITORIA DAS ELEIÇÕES 2025 DA CBTU.

#### 3.1 – Descrição dos Serviços:

A THE PERFECT LINK Assessoria, Consultoria, Auditoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ 01.912.699/0001-29, com sede à Rua Lopes Chaves, 471 – Barra Funda – CEP 01154-010 – São Paulo, SP – Telefones 11 98540-0660/ 3663-6060 / Fax 11 3663-2929 e escritório em Lisboa, Portugal, e-mail [contato@thepperfectlink.com.br](mailto:contato@thepperfectlink.com.br), atuante em todo o território nacional, Portugal e Espanha, propõe, para execução dos serviços de AUDITORIA do Processo Eleitoral 2026 da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS, com os protocolos próprios de Auditoria de Processos Eleitorais da THE PERFECT LINK, com os seguintes preços e condições:

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS.	
ITEM	DESCRIÇÃO
1	<p>O levantamento de informações preliminares: Estudo da legislação interna eleitoral e suas regras de negócio.</p> <p>Levantamento de processos administrativos e análise administrativa das fazes eleitorais.</p> <p>A auditoria de informática: Análise em códigos de aplicação; validação e teste dos algoritmos criptográficos e função de hash (sequência única de identificação de informação) utilizada na alteração da senha pelos usuários finais; análise de funcionamento sistêmico (sigilo, efetividade de escolha); garantias ao eleitor de que o voto é secreto; garantias ao eleitor de que seu voto realmente foi computado para o candidato escolhido;</p> <p>Emissão de Laudo de Auditoria – Emissão de Laudo de Auditoria por profissionais seniores, com habilitação acadêmica e legal plena (nível superior e pós-graduação) nas áreas do conhecimento de Administração e Tecnologia.</p>

Veja mais detalhes dos serviços propostos em <https://thepperfectlink.com.br/img/cbtu-2026.mp4>

#### NOTAS:

1. Auditoria é atividade de nível superior em Administração ou Contabilidade, verifique sempre a qualificação acadêmica formal do responsável técnico da empresa – e que ele seja sócio ou registrado na empresa. Atente às simulações de responsabilidade técnica.
2. A eventual apresentação de atestados de capacidade técnica não supre a inexistência de habilitação acadêmica.
3. A Auditoria de Processos Eleitorais é atividade específica, considere sempre empresas especializadas.





### 3.2 – Condições Comerciais:

- **Valor da Proposta:** R\$ 19.500,00 – Dezenove mil e quinhentos reais.
- **Validade da Proposta:** 120 Dias.
- **Forma de Pagamento:**
  - Crédito em conta corrente, mediante a apresentação de nota fiscal com a indicação dos dados bancários da empresa.
  - Em duas parcelas, a serem pagas:
    - 1ª Parcela após a assinatura do contrato
    - 2ª Parcela após a apresentação do laudo final de auditoria e da aceitação dos serviços.
- **Prazo de execução:**  
Conforme calendário eleitoral.
- **Tributos e Impostos:**  
Estão inclusos todos os tributos e impostos.
- **Despesas:**  
Nos preços acima propostos estão inclusas todas as despesas e custos, diretos e indiretos incidentes sobre o objeto desta prestação de serviços, materiais, taxas, contribuições sociais e demais encargos incidentes sobre a prestação de serviços.
- **Garantia:**  
Garantia e assistência permanente sobre os serviços prestados.

São Paulo, 19 de dezembro de 2025.

Assinado de forma digital  
por THE PERFECT LINK  
ASSISTORIA E CONSULTORIA  
AUDITORIA 01912699000129  
Data: 2025.07.09 10:33:10  
07007

Fernando De Pinho Barreira  
THE PERFECT LINK  
CNPJ 01.912.699/0001-29.



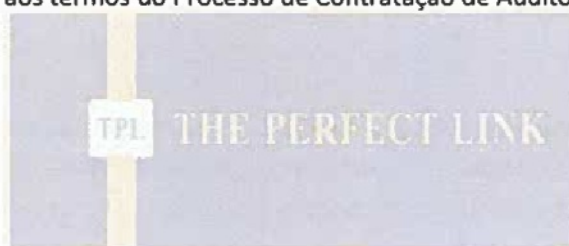


#### 4. DECLARAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

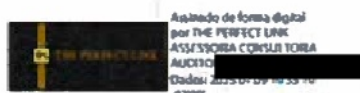
À COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS.

REF. AUDITORIA DAS ELEIÇÕES 2025 DA CBTU.

A THE PERFECT LINK Assessoria, Consultoria, Auditoria Empresarial Ltda., vem afirmar que, conforme dispõe seu CONTRATO SOCIAL – SEGUNDA ALTERAÇÃO, Cláusula 4ª, possui capital social totalmente integralizado, no montante de R\$100.000,00, além de estar operando em Sede Própria, avaliada em R\$1.500.000,00, bem como através dos índices de liquidez e solvência abaixo demonstrados, calculados na forma do art. 43 da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, tendo plena capacidade para atender aos termos do Processo de Contratação de Auditoria do Processo Eleitoral.



São Paulo, 19 de dezembro de 2025.



Fernando De Pinho Barreira  
THE PERFECT LINK  
CNPJ 01.912.699/0001-29.



**TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE  
QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO A COMPANHIA  
BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU E DE OUTRO LADO  
A THE PERFECT LINK ASSESSORIA, CONSULTORIA,  
AUDITORIA EMPRESARIAL LTDA.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito,

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº **42.357.483/0001-26**, com sede no Setor Bancário Norte, quadra 01, bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar, Asa Norte, CEP: 70.041-902, em Brasília -DF, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Sr. **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº 3012434, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 651.472.354-34 e por seu Diretor de Planejamento e Relações Institucionais **EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA**, portador da Carteira de Identidade nº M-2170770, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº 526.905.556-20; doravante denominada **DIVULGADORA, THE PERFECT LINK ASSESSORIA, CONSULTORIA, AUDITORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº **01.912.699/0001-29**, com sede na Rua Lopes Chaves, nº 471 – São Paulo - SP, neste ato representada por **FERNANDO DE PINHO BARREIRA** portador da Carteira de Identidade nº **20.293.447-0**, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº **113.493.148-46**, doravante denominada **“RECEPTORA”**.

Considerando que para bom e fiel desempenho do relacionamento entre as partes faz-se necessária a disponibilização de informações técnicas e confidenciais, incluídas as de projeto, especificação, funcionamento, organização;

Considerando o **Contrato nº 004/2026-DP** celebrado com a empresa THE PERFECT LINK ASSESSORIA, CONSULTORIA, AUDITORIA EMPRESARIAL LTDA que tem por objeto Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de auditoria em sistema eletrônico computacional de eleição em ambiente web, visando realizar auditoria de todo o processo eleitoral eletrônico, com validação de 1º e 2º turno e validação do resultado das eleições, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

Considerando que a **RECEPTORA**, concorda que todas as garantias conferidas às **DIVULGADORA**, que disponibilizaram informações;

Considerando que todas as informações disponibilizadas pela **DIVULGADORA**, independente da propriedade e titularidade dos documentos, serão abrangidas pelas obrigações de sigilo.

As **PARTES** firmam o presente Termo de Confidencialidade e Sigilo (o “Instrumento”), com a finalidade de regular e proteger o uso e tratamento das informações de natureza confidencial (as “Informações



Confidenciais”) que venham a ser trocadas ou compartilhadas entre si, nos termos das cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** O objeto do presente termo é a proteção das “informações confidenciais” disponibilizada pela **DIVULGADORA**, bem como a relação existente entre as partes, a fim de monitorarem a efetividade técnica da futura relação jurídica, em razão do objeto do **Contrato nº 004/2026-DP**.

**1.2.** As “Informações Confidenciais” reveladas por quaisquer das **PARTES** deverão ser mantidas em sigilo, não podendo ser divulgadas a terceiros ou utilizadas para fins distintos daqueles previstos neste Instrumento, sem a devida autorização, por escrito, da parte **RECEPTORA**.

**1.3.** Não será permitida a divulgação à **RECEPTORA** de imagens de empregados da **DIVULGADORA** ou de informações relativas à sua filiação sindical, salvo quando estritamente necessária e devidamente justificada para a execução do objeto deste Instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES**

**2.1** Todas as informações técnicas obtidas, bem como qualquer informação recebida pela **RECEPTORA**, através do **Contrato nº 004/2026-DP** com a **DIVULGADORA**, serão tidas como **CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS**, pela **DIVULGADORA**.

**2.2** Serão consideradas “Informações Confidenciais”, nos termos deste Instrumento, todas as informações de natureza técnica, operacional, comercial ou estratégica — patenteadas ou não — incluindo, mas não se limitando a conhecimentos técnicos (“know-how”), invenções, processos, fórmulas, designs, planos de negócios, métodos, documentos, dados, especificações e experiências acumuladas, quando, pela **DIVULGADORA** à **DIVULGADORA**:

- (i) transmitidas por meio físico ou eletrônico, como documentos impressos, arquivos digitais, mensagens eletrônicas, fotografias ou quaisquer mídias digitais ou magnéticas;
- (ii) comunicadas verbalmente;
- (iii) reproduzidas em anotações, relatórios, resumos ou quaisquer registros derivados; ou
- (iv) cuja natureza confidencial decorra claramente de seu conteúdo ou das circunstâncias em que forem divulgadas.

**2.3.** Informações fornecidas oralmente, para que sejam consideradas “Informações Confidenciais”, deverão ser ratificadas por escrito no prazo de até 15 (quinze) dias da divulgação.

**2.4.** Fica, desde já, definido que as comunicações entre as PARTES ocorrerão por meio das pessoas indicadas abaixo, devidamente autorizadas a atuar e tomar decisões em nome das PARTES que representam, no que se refere à divulgação de “Informações Confidenciais.”





### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE**

**3.1.** A **RECEPTORA** compromete-se a manter o devido sigilo, abstendo-se de utilizar as “Informações Confidenciais” em proveito próprio ou de terceiros, bem como a limitar sua utilização exclusivamente à execução do objeto do Contrato nº 004/2026-DP.

**3.2.** As “Informações Confidenciais” somente poderão ser reveladas a terceiros mediante consentimento prévio e expresso, por escrito, da **DIVULGADORA**, ou por força de determinação judicial ou requisição de autoridade competente, hipótese em que a **RECEPTORA** deverá comunicar imediatamente o fato, por escrito, à **DIVULGADORA** a fim de que esta possa adotar as medidas necessárias para obstar ou restringir a divulgação.

**3.3.** Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder, transferir ou, por qualquer forma, dispor das “Informações Confidenciais”, no território nacional ou no exterior, a qualquer pessoa, física ou jurídica, para finalidade diversa daquela estritamente vinculada ao objeto contratual, devendo adotar todas as cautelas e precauções necessárias para impedir o uso indevido por quaisquer pessoas que, por qualquer motivo, tenham acesso a tais informações;

**3.4.** Revelar as “Informações Confidenciais”, no todo ou em parte, a terceiros apenas nas hipóteses previstas no item 3.2, podendo, ainda, disponibilizar o instrumento jurídico que implique repasse de recursos à sua auditoria externa, independentemente de autorização prévia da **DIVULGADORA**;

**3.5.** Responsabilizar-se por impedir, por todos os meios em direito admitidos e às suas expensas, inclusive quanto a custas processuais e demais encargos decorrentes, a divulgação ou utilização indevida das “Informações Confidenciais” por seus empregados, prepostos, representantes, consultores ou terceiros por ela contratados;

**3.6.** Comunicar à **DIVULGADORA**, de forma expressa e previamente à eventual divulgação, a necessidade de revelar quaisquer “Informações Confidenciais” em decorrência de determinação judicial ou ordem de cumprimento obrigatório emanada por autoridade competente, devendo, nessa hipótese, limitar-se a fornecer exclusivamente as informações estritamente exigidas pela respectiva determinação.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXTENSÃO DA CONFIDENCIALIDADE**

**4.1.** O conceito de confidencialidade não se aplica às informações fornecidas pela **DIVULGADORA** à **RECEPTORA** nas seguintes hipóteses:

**4.1.1** Quando forem de domínio público ou já se encontrarem disponíveis ao público em geral antes de seu recebimento pela **RECEPTORA**, ou, ainda, vierem a tornar-se de domínio público ou amplamente acessíveis, desde que tal circunstância não decorra de violação deste Instrumento;





**4.1.2** Quando restar comprovado que tenham sido desenvolvidas pela **RECEPTORA** de forma independente, a qualquer tempo, sem a utilização de “Informações Confidenciais”;

**4.1.3** Quando já estiverem, de forma lícita e sem violação de quaisquer obrigações previstas neste Instrumento, na posse da **RECEPTORA** antes de seu recebimento pela **DIVULGADORA**;

**4.1.4** Quando forem recebidas posteriormente pela **RECEPTORA** por intermédio de terceiros, desde que não haja conhecimento, nem deva razoavelmente haver conhecimento, de que tais terceiros estejam sujeitos a obrigação de confidencialidade assumida perante a **DIVULGADORA**;

**4.1.5** Quando tenham sido anteriormente divulgadas pela própria **DIVULGADORA** a terceiros, sem imposição de obrigação de confidencialidade.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GUARDA DE INFORMAÇÕES**

**5.1.** As obrigações de confidencialidade previstas neste Instrumento permanecerão vigentes pelo prazo estabelecido na Cláusula Sexta, devendo a **RECEPTORA**:

**5.1.1** Utilizar as “Informações Confidenciais” exclusivamente para os fins previstos neste Instrumento;

**5.1.2** Manter procedimentos técnicos e administrativos adequados à prevenção de extravio, perda, destruição ou acesso não autorizado a quaisquer documentos ou “Informações Confidenciais”, devendo comunicar imediatamente à **DIVULGADORA** a ocorrência de incidentes dessa natureza, o que não a eximirá da responsabilidade prevista neste Instrumento.

**5.2.** A **RECEPTORA** fica proibida de produzir cópias ou backups, por qualquer meio ou forma, de quaisquer documentos a ela fornecidos ou que tenham chegado ao seu conhecimento em virtude do objeto deste Instrumento, excetuadas aquelas estritamente imprescindíveis ao desenvolvimento de suas atividades, mediante consentimento expresso da **DIVULGADORA** quando aplicável.

**5.3.** A **RECEPTORA** deverá devolver à **DIVULGADORA**, de forma íntegra e integral, todos os documentos que lhe tenham sido fornecidos, inclusive eventuais cópias existentes, na data estipulada para sua devolução ou quando não mais for necessária a manutenção das “Informações Confidenciais”, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (inclusive magnéticas ou digitais), cópias ou segundas vias. Deverá, ainda, promover a destruição de todos os documentos por ela produzidos que contenham “Informações Confidenciais”, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Instrumento.

**5.4.** A **RECEPTORA** compromete-se a observar os deveres e obrigações relativos à proteção de dados pessoais e a tratar os dados pessoais eventualmente coletados ou acessados no âmbito deste Acordo



em conformidade com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Deverá, ainda, assegurar que seus empregados, agentes, prepostos e subcontratados observem as disposições legais pertinentes.

5.5. Cada PARTE declara que quaisquer dados pessoais fornecidos à outra PARTE foram obtidos em conformidade com a LGPD, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias para garantir a licitude do tratamento, incluindo, quando aplicável, o fornecimento de informações aos titulares, a inclusão de disposições em suas Políticas de Privacidade e a obtenção do respectivo consentimento.

5.6. A **RECEPTORA** será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e de eventuais regulamentações expedidas pela autoridade competente.

5.7. A **RECEPTORA** compromete-se a manter em sigilo os dados pessoais recebidos da **DIVULGADORA** adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

5.8. A **RECEPTORA** deverá notificar a **DIVULGADORA** por escrito e em conformidade com as normas e orientações da autoridade competente, acerca de qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais, incluindo, mas não se limitando a: (i) acesso acidental ou não autorizado; (ii) tratamento ilícito; (iii) destruição acidental; (iv) perda; ou (v) dano.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

6.1. As obrigações de confidencialidade previstas neste Instrumento, bem como as demais responsabilidades dele decorrentes, vigorarão durante todo o período de execução do objeto do **Contrato nº 004/2026-DP**, referido na Cláusula Primeira, permanecendo em vigor entre as PARTES pelo prazo de 03 (três) anos após o encerramento do referido objeto contratual.

6.2. As disposições deste instrumento devem, contudo, ser aplicadas retroativamente a qualquer informação confidencial que possa já ter sido divulgada, antes da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1 A não observância de quaisquer das disposições de confidencialidade, estabelecidas neste Instrumento, importará em responsabilidade da PARTE INFRATORA, por ação ou omissão de qualquer um daqueles relacionados na cláusula terceira deste Instrumento, pelo pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, desde que devidamente comprovadas, inclusive em relação a culpa, sem prejuízo das sanções civis e criminais que poderão ser apuradas em processo judicial.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

8.1 Ao assinar o presente Instrumento, as PARTES manifestam sua concordância no sentido de que:



**CBTU**

**Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

**8.1.1** O não exercício, por qualquer uma das PARTES, de direitos assegurados neste Instrumento, não importará em renúncia aos mesmos, sendo considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.

**8.1.2** Todas as condições, termos e obrigações ora constituídas serão regidas pelo presente Instrumento, bem como pela legislação pertinente sobre proteção de direitos, inventos, criações, marcas, patentes, nomes e signos distintivos aplicáveis à hipótese específica do caso concreto.

**8.1.3** O presente Instrumento somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas PARTES.

**8.1.4** Não poderão ceder ou de qualquer forma transferir os direitos e obrigações decorrentes do presente Instrumento sem a prévia autorização, por escrito, da outra Parte.

**8.1.5** Este Instrumento não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das PARTES, ou suas Afiliadas, nem em obrigação de divulgar “Informações Confidenciais” para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo ou contrato entre si.

**8.1.6** O fornecimento de “Informações Confidenciais” pela **DIVULGADORA** não implica em renúncia, cessão a qualquer título, autorização de uso, mesmo conjunto, alienação ou transferência de nenhum direito, já obtido ou potencial, associado a tais informações, que permanecem como propriedade da **DIVULGADORA**, para os fins que lhe aprouver.

**8.1.7** A **DIVULGADORA** tem o direito de solicitar a devolução e/ou destruição das “Informações Confidenciais” de sua propriedade e que tenham sido preparadas e disponibilizadas para a **PORTE RECEPTORA**, sendo certo que, a **RECEPTORA** deverá devolver e/ou destruir, conforme o caso aplicável, as Informações Confidenciais, dentro de 72 (setenta e duas) horas, a partir da solicitação, e não deverá, sob nenhuma hipótese, reter qualquer cópia ou original.

**8.1.8** A disponibilização das Informações Confidenciais previstas no presente Acordo não deve ser interpretada como oferta, manifestação de intenção, obrigação ou parte de acordo/compromisso de concretização da coleta de preços por parte da **DIVULGADORA**, e não criará nenhuma obrigação, por parte desta, de assinar qualquer instrumento.

**8.1.9.** As **PARTES**, desde já, comprometem-se a envidar esforços para solucionar eventuais controvérsias de forma amigável, mantendo, neste intuito, negociações para atingirem uma solução



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

justa e satisfatória a ambas, em um prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da devida notificação.

**8.1.10** Este Acordo poderá ser rescindido por acordo comum entre as PARTES, sem ônus, desde que satisfeitas e cumpridas todas as cláusulas previstas neste instrumento.

**8.1.11** Os casos omissos oriundos do presente Instrumento serão resolvidos em comum acordo entre PARTES.

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

**9.1.** As partes elegem o Foro da Comarca Brasília/DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Termo renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Brasília, 10 de março de 2026.

- Divulgadora -

Assinado de forma digital por  
JOSE MARQUES DE  
LIMA: [REDACTED]  
LIMA: [REDACTED] 434  
Dados: 2026.03.10 13:52:00  
-03'00'

**José Marques de Lima**  
Diretor Presidente

EDUARDO  
OLIVEIRA  
COIMBRA:

Assinado digitalmente por EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA  
CPF nº [REDACTED]  
Dados: 2026.03.10 13:52:00  
-03'00'

**Eduardo Oliveira Coimbra**

Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

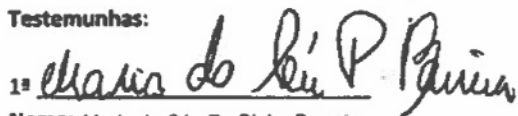
- Receptora -

  
Fernando de Pinho Barreira  
Representante Legal



Assinado de forma  
digital por FERNANDO  
DE PINHO  
BARREIRA: [REDACTED]  
Dados: 2026.03.04  
17:19:11 -03'00'

Testemunhas:

1ª 

Nome: Maria do Céu De Pinho Barreira  
CPF/MF: [REDACTED]

2ª \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_



Assinado de forma digital por THE PERFECT  
LINK ASSESSORIA CONSULTORIA  
AUDITORIA 01812699000129  
Dados: 2026.03.04 17 18 23 -03'00'

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Edifício Confederação Nacional do Comércio – CNC

Sector Bancário Norte Q1, Asa Norte, Brasília, CEP 70041-902, 9º ao 13º andar - [www.cbtu.gov.br](http://www.cbtu.gov.br)

CNPJ 42.357.483/0001-26

